



Anais da Assembléia

Nº 136

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 1982.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Erondy Silvério e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airtom Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Romero Filho. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente em nome desta Assembléia Legislativa, às Lideranças e presidências dos partidos com assento na Câmara Federal, pedindo celeridade na tramitação e aprovação da Emenda Constitucional restabelecendo as eleições diretas para os prefeitos das capitais (Emenda Benevides).

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

A eleição direta, pelo exercício livre, independente e consciente do voto secreto, para todos os níveis de governo, é profunda aspiração de nosso povo. A completa redemocratização do País exige o restabelecimento desta prática. Hoje, em evidência, o debate sobre o restabelecimento das eleições para prefeitos das capitais e toda a Nação fica na expectativa do resultado a ser alcançado pela proposição de uma emenda

nesse sentido. A Emenda Benevides, se aprovada, significará um grande passo no sentido do reerguimento das instituições democráticas de nosso País.

Nada justifica a manutenção do item A, do parágrafo 1º, do Art. 15 da Constituição que dá aos governadores a competência de nomeação dos prefeitos das capitais, com a aprovação das Assembléias Legislativas. As capitais brasileiras concentram a massa do eleitorado urbano mais consciente. Não é justo que estejam impedidos de escolher os seus prefeitos. Assim como não é justo que qualquer eleitor, em qualquer município, se veja excluído da manifestação democrática do voto para a escolha do governo de sua cidade.

Os programas de todos os partidos políticos do Brasil, incluindo o PDS, pedem o voto direto, livre, na escolha dos governantes. Pede-se, agora, coerência com esses programas e a aprovação desta emenda.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, no Pequeno Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados que lotam esta Casa, todos os bancos ocupados. Provavelmente, Sr. Presidente, nas sessões ordinárias desta Legislatura seja esta a nossa última passagem pela tribuna que tanto confortou o nosso ímpeto de buscar satisfazer os anseios daqueles que nos puseram, nos ungiram no último mandato legislativo desta egrégia Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, não poderia, passando por este Poder Legislativo no declínio já do nosso mandato, aos dois dias de dezembro de 1982 deixar, Sr. Presidente, de prestar uma homenagem simples, mas de grande reconhecimento do valor que têm os funcionários dos poderes constituídos, especialmente desta Assembléia Legislativa e, de modo especial, aos homens da imprensa, aos jornalistas e jornalistas que aqui se fazem representar para divulgar os trabalhos dos parlamentares que o povo remete para este Poder para representá-lo.

Aos funcionários do Poder Legislativo Estadual e de uma maneira muito simples, de profunda gratidão, quero também deixar consagrado nos Anais desta Casa o meu reconhecimento da solidariedade que recebi nestes dois mandatos que desempenhei aqui juntamente com todos os Srs. Deputados de todos os partidos políticos. E nesta convivência, muitas vezes levado pelo calor dos debates nos choques das idéias, nunca nos distanciamos da consideração e do respeito à pessoa humana e sobretudo a respeitabilidade do mandato de cada um dos Senhores Parlamentares.

Devo reconhecer que durante todos esses oito anos que servi ao povo do Paraná e neste momento quero dizer também que servi à causa pública neste Poder com determinação, com respeito, e talhei sempre os nossos trabalhos buscando o aprimoramento de todos os estatutos legais que pudessem conferir aos trabalhadores da máquina administrativa do Estado, aos servidores do Estado e todos os nossos estudos foram para o aperfeiçoamento da vida e do humanismo que as administrações sempre precisam ter em mente no desempenho de sua função.

Deixo aqui, Sr. Presidente, para apenas registrar desse nosso munus público o alento, pois ainda hoje estive em audiência com o Sr. Governador do Estado e será encaminhado no

período extraordinário que ainda será convocado para depois do dia 15 o aumento do funcionalismo estadual. E, segundo informações, Sr. Presidente, do Sr. Governador, há interesse da administração Hosken de Novaes de dotar um nível de salário ou de vencimento de todos os seus servidores com o índice no mínimo até o percentual concedido pelo Governo Federal durante este exercício.

Esta, Sr. Presidente, é a minha última impressão e agrado de coração a todos os companheiros desta Casa.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, pediria que Vossa Excelência me inscrevesse no Pequeno Expediente se houver tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Tem a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, no Pequeno Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero desejar ao colega Deputado Fidelcino Tolentino que por longos anos nesta Casa de Leis, sempre com garra, com dedicação e com zelo, cumpriu o mandato que o povo do Sudoeste paranaense lhe conferiu, já agora nas suas novas funções de Prefeito do portentoso Município de Cascavel, os nossos votos de que Sua Excelência lá tenha o mais pleno êxito na condução dos destinos daquele pujante município.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no limiar desta Legislatura e depois do pronunciamento das urnas em que o povo brasileiro, de maneira tão clara, tão incisiva, falou através das urnas, dizendo categoricamente de que a abertura política deve ser uma realidade e não uma quimérica promessa dos donos do Poder. Assistimos um espetáculo lamentável ocorrer no Brasil depois de 15 de novembro. O que será que o povo brasileiro tem que fazer para que os homens que estão no Governo Federal entendam de que nós deveríamos ter um Governo aberto, que o povo deve estar informado do que acontece nesta Nação. Uma Comissão do Fundo Monetário Internacional tem acesso a dados, estatísticas, projetos, planos do Governo, que o povo brasileiro até hoje desconhece.

E estas coisas que são prioritárias para o futuro desta Nação, estes estudos que o Fundo Monetário Internacional realiza no Brasil que são de importância vital para a própria soberania desta Nação, são feitos nos bastidores, sonegados do povo brasileiro e esta Nação verdadeiramente desinformada e seus Poderes Judiciário e Legislativo, totalmente à margem das discussões que se travam com o Fundo Monetário Internacional.

Não adiantou o Governo escamotear a verdade ante a véspera das eleições negando de que o Brasil precisasse ir ao Fundo Monetário Internacional. Teve que se socorrer; teve que ir mendigar auxílio aos banqueiros.

Mas, tudo isso seria até compreensível, porque, nós estamos verdadeiramente numa crise econômica e financeira. O que não se pode permitir, Sr. Presidente, e aí o nosso protesto, a nossa vinda à tribuna, mais uma vez, para protestar pela maneira como estão sendo conduzidas as negociações com o Fundo Monetário Internacional. A Nação inteira devia participar destas negociações. O povo brasileiro devia estar informado de quais as exigências do Fundo. E qual a realidade brasileira se realmente necessitamos destes empréstimos, ou se tudo não passa de mais uma imposição contra o povo brasileiro.

O acordo nuclear foi feito às escondidas. Documentos secretos que a CPI revelou, ultimamente, nem setores do próprio Governo conheciam.

E hoje se compromete ainda mais a soberania nacional a se contrair um empréstimo de seis bilhões de dólares. E o que é grave, o que é apavorante, que depois do dia 15 de novembro

não se respeita a vontade do povo. O Governo Federal deveria ter a humildade quando reconhece que é necessário ir ao FMI, mas devia ser mais humilde não só ante os banqueiros internacionais, mas perante os donos desta Nação que é o povo brasileiro, que são os brasileiros e contar a verdade a esta Nação. Abrir os arquivos e mostrar os dados que só os técnicos do Fundo hoje estão tendo acesso para negociarem este empréstimo.

Por isso, Sr. Presidente, acredito que embora sejamos Governo do Paraná, porque, somos o partido vencedor das eleições, deveremos permanecer oposição a este Governo central que infelicitiza esta Nação, porque, a luta da Oposição não terminou na vitória dos governos estaduais. A luta da Oposição vai terminar quando efetivamente nós do PMDB tivermos o poder central e pudermos, realmente, implantar aqui uma democracia, e realmente conseguirmos concretizar na prática uma abertura, porque, tudo não passou de uma farsa.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Cedeo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTÓN FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há um preso que poderíamos caracterizá-lo como preso político pelo crime de opinião que aguarda, que a democracia, que a abertura possam ultrapassar as grades e tirá-lo do presídio.

Juvêncio Masarono está preso na Penitenciária Central do Estado para cumprir pena de um ano, condenado que foi pela famigerada Lei de Segurança Nacional. O crime de Juvêncio Masarono foi a publicação de artigos no jornal "Nosso Tempo" de Foz do Iguaçu, nos quais demonstrava as suas opiniões sobre a crise econômica, a conjuntura política geral e o caráter anti-democrático do regime.

Todas as medidas judiciais propostas até agora por seus advogados em várias instâncias não obtiveram os resultados pretendidos, inclusive o pedido de "Habeas Corpus" e a tentativa de caracterizá-lo como primário, possibilitando benefícios de leis como a Fleury, na verdade nada se conseguiu. Esta situação, marcada pela vigência de uma legislação que atenta contra os mais básicos princípios democráticos, constrange a consciência democrática paranaense e nacional.

Preso por crime de opinião, Juvêncio se vê à margem de todo processo que encaminha a completa reconquista de liberdade no Brasil. Dois meses se passaram, e a sua prisão permanece.

De nada valeram as iniciativas como da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba, do pronunciamento de entidades e Associações de Classe na tentativa ao menos de conseguir a transferência de Juvêncio Massarolo da Prisão Central de Piraquara, onde está sob regime de isolamento, para uma prisão mais especial, em melhores condições, dentro da cidade de Curitiba.

Ainda pendente o recurso no Supremo Tribunal Federal, mas, vem sendo adiado. O próprio "Habeas Corpus", medida que normalmente é julgada com urgência, levou dois meses para apreciação, e o resultado foi negativo.

A conjuntura atual em nada explica a situação do jornalista. O processo que levou dois anos para ser julgado, é fruto de outro tempo, ainda marcado pela firme disposição de setores direitistas de fazer valer à voz dos mais fortes contra à voz do direito e da razão. O jornal "Nosso Tempo" sempre procurou refletir as posições da sociedade combativa consciente dos seus direitos.

Juvêncio também foi Secretário do Diretório Municipal do PMDB de Foz do Iguaçu, Juvêncio também pretendia ser candidato a Vereador pelo município fronteiriço. Mas, a sua atuação como jornalista, como membro ativo dos movimentos

religiosos, como da Comissão Justiça e Paz, o seu testemunho em livros como "A Taipa da Injustiça" em que publica depoimentos e relatos sobre a obra da Binacional Itaipu, e seus efeitos sociais, a atividade permanente desse jovem jornalista gerou a contrariedade daqueles que não querem ouvir a contrariedade das opiniões.

As contradições políticas estão visíveis neste País. Do Presidente Figueiredo até o resultado das eleições, se respira nesse País ambiente de mais liberdade, de avanço democrático. Portanto, nós estamos, da tribuna, neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não com o objetivo de fazer um mero registro nos Anais da Casa, mas, numa última tentativa, contar atingir as consciências daqueles que nos dirigem, e principalmente, convocar todos os partidos políticos, o Sindicato dos Jornalistas do Paraná, e todas as demais entidades, para que possamos lutar com o objetivo de liberar Juvêncio Massarolo de uma prisão, pelo crime de opinião, coisa, com certeza, próprio da Idade Média.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao encerrar o período legislativo, não poderíamos deixar de virmos a esta tribuna para, de viva voz, deixarmos nos Anais da Casa, nossa opinião sobre o momento político e econômico que vive a Nação. Infelizmente temos que discordar da grande maioria da sociedade brasileira, que, através da imprensa e dos órgãos de divulgação, vem tecendo loas e incensando o Sr. Presidente da República.

Estamos entre aqueles que achamos que a abertura política não foi uma concessão dos poderosos, mas, antes de mais nada, uma conquista de toda a sociedade brasileira.

E, hoje, Sr. Presidente, mais do que nunca, esta nossa convicção que foi uma conquista e não uma concessão, se torna mais presente, uma vez que o Presidente Figueiredo, depois de perder a sua patente de General do Exército, e conseguir na luta política, a qualificação de "cabo eleitoral", ele novamente ofende a consciência brasileira, e porque não dizer, todos os brasileiros que, no passado, fizeram a grandeza desta Nação.

Pois, hoje, o Sr. Presidente, faz coro com aqueles que querem dividir este País, e o sentimento deste brasileiro não poderia deixar de passar em brancas nuvens a aberração dita pelo General Presidente.

Sr. Presidente, de alguns anos a esta data, o Sul do País, mais desenvolvido, vem mostrando, através das urnas, e claramente, que não vinha concordando com a política econômica, social, dos governantes dos últimos anos. Tanto assim que, nas eleições majoritárias de 1974 e 1978, a Oposição foi amplamente vencedora no Leste, no Centro e no Sul do País, ao contrário do que ocorreu no Nordeste brasileiro, Nordeste, este, infelizmente, mais pobre e menos desenvolvido.

Pois bem, Sr. Presidente, o General Presidente que perdeu o grande momento da sua vida, para entrar como um estadista na história deste País, e que optou por ser um mero "cabo eleitoral" nestas últimas eleições, agora, mais uma vez, ofende o passado, o presente e o futuro desta Nação, querendo se tornar o General da divisão do País.

Senhores Deputados, ele, que se transformou num "cabo eleitoral", e o "cabo eleitoral" mais ilegal deste País, porque usando e abusando dos meios de comunicação, usando e abusando dos meios que não foram permitidos à Oposição, e mesmo ao Partido da Situação, o General Presidente se igualou a qualquer cabo eleitoral, e, no palanque, foi merecedor de aplausos, mas, como qualquer cabo eleitoral também passou a ser merecedor das vaias e dos apupos; como qualquer um de nós, Parlamentares

que somos e que temos os nossos grandes momentos, mas, também, temos aqueles momentos em que somos vaiados e que somos apupados.

Ele que tinha o seu cargo, a sua dignidade de Presidente, para ser um "cabo eleitoral", deveria ter recebido essas vaias, recebido o resultado das eleições, conforme ele tanto diz ser, um democrata.

Pois bem, Sr. Presidente, não conformado com o resultado das eleições, este Presidente, agora, ofendendo a nacionalidade, ao dizer que gostaria de virar o mapa do Brasil, para, em virando o mapa do Brasil, governar voltado àqueles que, no Nordeste, naturalmente, precisam mais.

Esqueceu, naturalmente, o Sr. General Presidente, que é no Nordeste que o escândalo da mandioca se fez, é no Nordeste que muitos e muitos dos seus companheiros políticos, hoje, estão sendo chamados de corruptos; e é para o Nordeste que a maior parte dos recursos desta Nação estão sendo mandados; é no Nordeste que as frentes de trabalho são sustentadas pelo Sul.

Pois, agora, ele resolve fazer um programa para o Nordeste.

Pois bem, Sr. Presidente, que seria deste País se os Estados, hoje, sob o comando da Oposição, e que representam 80% do produto interno bruto, resolvesse considerar o Presidente, fosse somente Presidente do Nordeste, mas que, nos liberasse, para termos o nosso Presidente, que nos liberasse, para termos o nosso País e, ele, que ficasse com o Nordeste, pois, o General Presidente, mostrando que não está capacitado para o cargo — como já o demonstrou durante as eleições quando não foi um magistrado — o General Presidente agora demonstra que, incapacitado para o cargo, está a dizer o que não pode se ouvir da boca de uma autoridade, a maior autoridade do País!

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados — este General, passará, e o Brasil, ficará, ficará unido com os gaúchos do Sul que conquistaram, muitas vezes à base da força, para serem brasileiros — os Farroupilhas — e continuarão irmanados com aqueles que lá no Nordeste resistiram aos holandeses, para serem brasileiros, e, General algum neste País vai fazer com que o jogo dos grandes grupos, das grandes potências seja válido neste País, mesmo pela boca de um General Presidente!

Por isto, o protesto deste brasileiro, neste momento, ao dizer que, ele fracassou. E por que não falarmos dos seus fracassos recentes de pós-eleição?

Há dez anos, o MDB — e depois o PMDB — vinham a demonstrar à Nação que, os rumos econômicos que eram seguidos por esta Nação, nos levariam ao fundo, ao fundo do poço e ao Fundo Monetário Internacional. Não precisamos inclusive lembrar dos grandes discursos pronunciados no Congresso e nas Assembléias, bastaria lembrar o que um homem, Ministro deste atual Governo, Carlos Richbieter, dizia, em sua Carta Aberta ao Sr. Presidente da República, há menos de três anos atrás, quando prevenia que, pelos caminhos que ia a economia nacional, nós naturalmente iríamos ter de recorrer ao Fundo Monetário Internacional, correspondente a nível internacional, a, um pedido de concordata! Porque, ir ao Fundo Monetário Internacional corresponde, na Empresa Privada, ao pedido de concordata!

Mas, Srs. Deputados, a gravidade da situação nacional é maior porque, não só a concordata decretada há dez dias atrás ou há cinco dias atrás, não tivemos tempo nem de respirar, País concordatário que estávamos, e, ontem, pedimos a falência do País, falência esta representada por um pedido de empréstimo de um bilhão e duzentos milhões de dólares que, para representar a real falência da Nação, a real falência do País, é um pedido por 90 dias! Correspondente, na Empresa Privada, Srs. Deputados, àquele empresário que começa a pagar juros de 10, 20, 30%, para tentar evitar que a sua dívida vá para o cartório, e, indo para o cartório, a falência seja decretada. Por isto o

Brasil hoje é um País em falência, falência de liderança e falência econômica! Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, onde estará — aí perguntava o Deputado Nilso Sguarezi, há pouco — os recursos que vieram para esta Nação e que foram desbaratados e que agora nos levam à insolvência como País? Eu gostaria de lembrar aqui, para citar alguns números que demonstram que a incapacidade do Governo presidido por um General Presidente, está levando este País, agora ainda, há poucos dias, mais precisamente no mês de setembro, ou outubro, o jornal "O ESTADO DO PARANÁ" daqui de Curitiba, publicava uma notícia sobre Itaipu, dizia o jornal, textualmente:

"Com a falta do cumprimento do cronograma na construção do linhão que levará a energia de Itaipu para os grandes centros, que, o atraso dessa obra, em seis meses, atraso esse que permitiria que a obra só ficasse pronta em junho de 1983, que, esse atraso acarretaria um prejuízo para a Itaipu Binacional, de 300 milhões de dólares".

O jornal é que publicou. Pois bem, Sr. Presidente. No mesmo "O ESTADO DO PARANÁ", de anteontem, o Ministro Cesar Cals, afirma que, já não será mais em junho o final da obra de união para transportar a energia de Itaipu, e sim apenas em 1984. Um cálculo elementar, sem contar o juro sobre juro, me permite dizer que a obra irá levar mais seis meses e que a obra só se concluirá em janeiro de 84. Então, Srs. Deputados, um cálculo elementar demonstra que só esse atraso da União de Itaipu acarretará um prejuízo para o Brasil de 600 milhões de dólares.

Mas o mesmo "O Estado do Paraná" de anteontem, diz que o atraso de Angra dos Reis, Usina essa sem ter começado a funcionar e já quase que decretada a sua impossibilidade, diz o mesmo Ministro César Cals que o atraso de Angra dos Reis 1, acarretará um novo prejuízo pelo serviço da dívida de 260 milhões de dólares.

Fala-se em milhões de dólares como se estivéssemos falando de centavos. Os seiscentos de Itaipu, 260 milhões de Angra dos Reis, são 860 milhões de dólares que o País não terá apenas por incapacidade da administração federal que não soube prever e não soube prover. Por isso, Srs. Deputados, estamos hoje num país em falência. Mas o mais grave, Srs. Deputados, é que no mesmo jornal "O Estado do Paraná" de anteontem, descaradamente, o Sr. César Cals diz o seguinte e afirma o seguinte: que o fato de Itaipu só poder fornecer energia em 1984 não criará problemas internos no Brasil porque até 1984 o Brasil tem excesso de energia.

Então para que a obra de Itaipu ter sido concluída em 1982, se nós necessitamos de energia em 1984?

Se acrescentarmos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a falta do cumprimento do cronograma da União de Itaipu, fez com que a Usina da COPEL de Foz do Areia também não vendesse e não pudesse trabalhar em plena carga até setembro deste ano e agora apenas entrar em caráter experimental.

Se somarmos os dólares que não foram gerados por Foz do Areia, nós, provavelmente, chegaremos a um bilhão de dólares pela incapacidade dos tecnocratas brasileiros, comandados, e é bom que se diga, não governados mas comandados pelo General Presidente.

Por isso, Srs. Deputados, nesse final de ano, nesse final desta legislatura, não poderia deixar de que ficasse nos Anais desta Casa o protesto deste paranaense e principalmente o protesto desse brasileiro que não pode suportar, como ocorreu ontem ainda o Todo Poderoso Mister Reagan chamar os brasileiros de bolivianos. Porque nós somos tão conhecidos que nos chamam de bolivianos. Podem alegar alguns que um bilhão e duzentos milhões de dólares são dinheiro do Governo americano, com juros baixos e por isso deve aportar ao Brasil. Mas os juros desse dinheiro do Governo americano não é representado em percentuais. Os juros, Srs. Deputados, é representado por aquilo que de mais sagrado temos que é a nossa soberania.

Desta tribuna mesmo, Srs. Deputados, aplaudimos e requeremos há algum tempo atrás um voto de louvor ao Ministro do Exterior Saraiva Guerreiro pelas posições assumidas pelo Governo brasileiro. Pois hoje, infelizmente, temos a certeza que o Ministro Saraiva Guerreiro, pela sua personalidade, deverá estar arrumando suas pastas para pedir demissão de seu cargo, porque ontem, por um bilhão e duzentos milhões de dólares, vendemos a nossa soberania.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Deni Schwartz, vai mais de um ano de exercício financeiro e nós estamos assistindo, como os brinquedos de anúncio de Natal, batendo palmas para os americanos, "donos", por assim dizer, do Fundo Monetário Internacional e que vêm ao Brasil no declínio deste ano legislativo, deste ano financeiro, oferecer um pouco mais de mel para aquele que está ávido de um pouco de néctar para poder vencer ao menos estes dias turbulentos que este Brasil está a viver.

Naturalmente, Deputado Deni Schwartz, a nossa economia é fundada basicamente na agro-indústria e na agropecuária, sobretudo na agricultura.

Anunciou-se ontem também um novo pacote econômico. Parece que ditado até pelos americanos. A agricultura é mais uma vez sacrificada, mais uma vez postergada. E Vossa Excelência perguntava: onde puseram os 80 bilhões (que vão ser mais), mas hoje está, em tese, ao nível de 80 bilhões de dólares os encargos, os compromissos por empréstimos no exterior?

Quero dizer a Vossa Excelência que quando começou a construção de Itaipu, a previsão era de dois bilhões e meio de dólares, depois passou para quatro e meio, depois ultrapassou a casa dos seis e, recentemente, Costa Cavalcanti teria dito que esta soma ultrapassava dez e meio, só na parte física da usina, lâmbarragem, fora daí tinha mais a rede de transporte, a rede transmissora desta energia e o total custaria em torno de 18,5 bilhões de dólares.

Ainda além disto o acordo Carajás, a Ferrovia do Aço, o Acordo Nuclear, chega a espantar aos olhos daquele que através do trator, da enxada e através dos seus braços carregam divisas e alimentos não para o nosso País, mas também para as vaquinhas das quais importamos o leite para dar às crianças na merenda escolar.

Então, Deputado Deni Schwartz, é realmente consternadora esta situação do Brasil.

Ainda ontem ouvia, no início do seu pronunciamento, a relação política desta situação das eleições. Ontem ouvia Miguel Colassuono, o Prefeito de uma das maiores cidades do mundo, — foi o Prefeito de São Paulo, dizendo, como Chefe da EMBRATUR, que os Prefeitos do PDS seriam recebidos de bandeja, enquanto que os da Oposição seriam tratados com certa reserva.

Um homem assim não está preparado para cargos públicos e quiçá deixo aqui até um apelo a todos os Prefeitos de nosso Partido, do Partido da Oposição, que recebam bem, de braços abertos, todos os contribuintes e, sobretudo os nossos adversários políticos; porque é na garra, na luta de forjar um regime verdadeiramente democrático, num respeito mútuo, é que fazemos desta Nação uma Nação grande. Não é fazendo os adversários agacharem-se, como temos caminhado por este Brasil afora até hoje, agachados, mendigando, o que nos é feito de direito, por suor nosso.

Deixo aqui, Deputado Deni Schwartz, esta impressão, ao mesmo tempo em que apelo a todos os companheiros de Oposição, vamos nos congrassar, vamos ser humildes, para reconhecer também a grandeza do trabalho de nossos adversários.

Coisa que poucos reconheceram no nosso desempenho até hoje no Brasil afora. Esta a impressão que eu deixo e o apelo ao mesmo tempo veemente, aqui, desta Assembléia Legisla-

tiva, para que juntos possamos construir uma Nação livre, independente e soberana; onde americanos e europeus, não venham aqui sitiar o nosso País, como fizeram e tiveram a pretensão de fazer nas Ilhas Malvinas. Aqui não é possível, não vamos permitir. E que os governantes sejam eles, desta Federação e sobretudo do Brasil, tenham consciência da liderança que nos espera porque o povo brasileiro não aguenta mais a imposição interna e externa.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Obrigado. Concluo, ...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, Vossa Excelência alinhavou em suas razões, aspectos de ordem política, econômica, mas principalmente administrativas, mostrando o fracasso do atual Governo. E eu fico muito cético em relação ao nosso futuro, nobre Deputado, quando vejo que um dos Governadores eleitos pelo voto direto, é o caso do Sr. Jair Soares, que não teve a maioria dos votos no Rio Grande do Sul, mas que, lamentavelmente pela incompreensão de alguns setores da Oposição, acabou com a minoria de votos, ganhando as eleições e funcionando então lá o pacote da vinculação, eu fico muito cético em relação ao futuro desta Nação. Porque me parece que a discussão de ora em diante não será mais travada — se será um civil ou um general no comando da Nação, como até muito tempo vinha-se discutindo nesta fase da abertura. Quando o Senhor Jair Soares, lança o Sr. General Figueiredo à reeleição à Presidência da República, fico muito cético de tudo que poderá acontecer. E esse ceticismo, Deputado Deni Schwartz, me vem em função exatamente do problema demagógico e populista, feito pelo PDS, através do programa da televisão em que só o Presidente João, o "João do Povo" tinha acesso à televisão para promover a campanha, descaradamente, a campanha do PDS, e tentando então popularizar o Presidente da República. Parece que agora, passadas as eleições, o povo brasileiro vai descobrindo a artimanha; e o Senhor Jair Soares, como um dos gerentes regionais, desta Nação, porque o Rio Grande do Sul, lamentavelmente, não terá um Governador, mas sim uma marionete do Poder Central, lá no Rio Grande do Sul, o povo gaúcho, deve ter contristado, ver que o primeiro ato político do seu Governador eleito, foi esse de rastejar perante o Poder Central, em lançar à reeleição o atual General, Presidente desta República. Por isto, Deputado Deni Schwartz, acho que, como eu disse anteriormente, Vossa Excelência, tem razão, esta Nação econômica e administrativamente, está falida. Mas, politicamente, esta abertura também é inviável. Porque só haverá realmente uma abertura, quando o povo conseguir eleger livremente o Presidente da República, e dar continuidade, reeleger um homem como João Figueiredo, que, apenas e tão somente, se preocupou com a sua imagem pessoal, e que depois das eleições, quando a maioria esmagadora do povo brasileiro votou na Oposição — e não importa o resultado, de terem ganhado em mais Estados, na maioria dos votos, na maioria desta Nação, votou na oposição; um Presidente destes, que tem a coragem de dizer que vai virar o Mapa do Brasil, para atender só aqueles Estados onde o PDS ganhou — e nós sabemos com que expediente ganhou, entende, Deputado Deni Schwartz, eu fico cético em relação ao problema da abertura. A Oposição deve continuar essa luta, porque a abertura hoje está provada, não foi dádiva do Governo; foi conquista da Oposição, foi conquista do povo. E nós haveremos de conquistar esta abertura. Não importa os João Figueiredo da Vida e os Jair Soares da vida. Um faliu a Previdência, o outro faliu a Nação, mas, com a Oposição e o povo, haveremos de recuperá-las, com muita luta e com muito sacrifício.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Obrigado. Sem partilhar do ceticismo do Deputado Nilso Sguarezi, e confiando exatamente na força do povo e por considerar o Brasil um País viável, apesar

dos governantes, tenho absoluta certeza que nós, o povo — e por isso eu disse que o Presidente Figueiredo perdeu a grande oportunidade de ser o Magistrado dessa Nação, porque, se tivesse ficado no seu cargo, na sua postura não queríamos que ele viesse fazer comícios para a Oposição, não. Mas, queríamos que ele ficasse na sua postura de magistrado. Ele hoje estaria, inclusive, chamando os Governadores da Oposição para um novo pacto social, acharmos o caminho para a saída deste País. Mas, o seu primeiro ato depois das eleições foi mostrar a sua mágoa por ter sido derrotado, lembrando até detalhes, como a sua mágoa de ter sido derrotado num bairro de São Paulo.

Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Sampaio — Em primeiro lugar Deputado Deni Schwartz, eu gostaria de penitenciar por não ter tido a oportunidade de presenciar o seu discurso desta tribuna, que sei que sempre foi brilhante.

E em primeiro lugar também, para amenizar Vossa Excelência como o Deputado Nilso Sguarezi, pelas brilhantes votações que reconduziram-nos a esta Casa. Mas, como eu não peguei o seu discurso inteiro eu quero pedir desculpas por antecipação em responder somente mais exatamente ao Deputado Nilso Sguarezi, porque, eu tenho grande admiração e grande amizade.

Em primeiro lugar, acho que a campanha acabou. E a campanha acabou e tem que mudar o discurso desta Nação. Tem que mudar as colocações que estão sendo feitas. Só para dar um exemplo disso, o Senador eleito pelo partido de Vossa Excelência foi a São Paulo e também se esqueceu que tinha acabado a eleição. Que acabaram os palanques, as praças públicas e mais um episódio político que só engrandeceu a vida desta Nação.

Acho que o Deputado Nilso Sguarezi está equivocado, porque, quando favorece ao PDS um resultado ele é espúrio, quando ele favorece a Oposição, ele é legítimo interesse do povo. E só para dar um exemplo comparativo ao Deputado Nilso Sguarezi, sobre o caso do Rio Grande do Sul, da mesma forma o atual Governador José Richa não seria Senador, porque a maioria não o quis Senador da República em 1978. Mas, beneficiado pelo instituto espúrio da sublegenda, alcançou o Senado.

Então, eu só queria pedir justiça quando se faz comparações. Quando o PDS ganha é espúrio, o povo não quis, as oposições não se entenderam. Quando o PMDB ganha, é realmente a vontade do povo brasileiro.

Acho que isso, Deputado, me permite com todo o respeito, datíssima vênica, acho que nós temos que encarar a realidade dos fatos numa fase deste País e deste Estado em especial. Porque, nós passamos a fase de conquista de votos de pregação doutrinária ou não, certo? Mas, agora precisamos encarar de outra forma. Acho que, talvez eu até discorde como Vossa Excelência discordou, que o Presidente declarou esse absurdo entre outros tantos que já o fez em outras vezes de virar o mapa do Brasil. Isso é um arroubo, é um desabafo talvez.

O Sr. Nilso Sguarezi — Não, tem que mudar o discurso também, como Vossa Excelência está dizendo.

O Sr. Gabriel Sampaio — Agora dizer e agora que nós vamos, inclusive, entrar em outra fase muito salutar para este Estado, em que as posições são invertidas e o partido governista de Vossa Excelência terá as responsabilidades maiores nos destinos deste Estado, eu gostaria de dizer o seguinte, que nós temos que realmente reconhecer o que foi feito neste País sob pressão do povo brasileiro, obviamente que sim, mas, instrumentalizada pelo atual Presidente da República, o General ou não, eu acho que ele saiu do cargo de General para o cargo de estadista quando foi à ONU e representou tão bem não só o Brasil como as nações em desenvolvimento. Acho que esse homem merece o respeito dos brasileiros. Não digo que foi um ato unilateral de fazer a abertura deste País, de fazer as eleições diretas para Governador e prometer para este País como prometeu, e

cumpriu, um País democrático.

Estamos caminhando inexoravelmente para um País plenamente democrático. Tenho certeza que a próxima eleição, ou a seguinte, será por voto universal direto para todos os cargos.

Quero dizer a Vossa Excelência que lamento não ter escutado o seu discurso, mas só usei do aparte, uma vez que não poderia apartear diretamente o Deputado, brilhante Deputado, reconduzido a esta Casa por uma brilhante votação, Deputado Nilso Sguarezi.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH (Pela ordem) — Atendendo uma concessão do ilustre Deputado Antônio Romero, concederia dois minutos para que o Deputado que está na tribuna conclua o seu pronunciamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — O nobre Deputado terá dois minutos em nome da Liderança do PMDB.

O SR. DENI SCHWARTZ — Queria dizer que também concordo com parte do aparte do nobre Deputado Gabriel Sampaio, também quero transmitir-lhe os parabéns pela brilhante votação que ele merecidamente teve, e, por isso, volta para esta Casa.

Realmente é isto que nós apelávamos no nosso discurso. A campanha acabou, então, o Sr. Presidente da República tem que deixar o linguajar dos palanques onde ele, do nosso ponto de vista, indevidamente esteve, porque se ele lá não estivesse - apesar de dar apoio aos seus candidatos, e deveria dar, porque é um homem de Partido, deve dar, aí está a força do Partido, mas que ele, da maneira como o fez, se tornou um mero "cabo eleitoral", suscetível a vaías, suscetível àquilo que nós, quando vamos ao palanque, estamos suscetíveis, mas que se ele lá não tivesse ido, ele, hoje, estaria na condição, aí sim, de magistrado, chamando a todos, Oposição, todos, Oposição ou não, para acharmos os caminhos para o País.

Realmente, o discurso da campanha acabou e nós devemos nos comportar assim.

Gostaria de dizer, para finalizar, Sr. Presidente, que havia anotado, e está aqui nas minhas anotações, para me solidarizar com o PDS, e, em especial com o PDS do Paraná, porque o que o Sr. Presidente da República fez, antes de mais nada, foi também, ofender os seus companheiros dos diversos Estados, onde a Oposição ganhou. Porque, se somarmos o número de Deputados Federais eleitos pelo PDS, nos Estados onde o PMDB ganhou, tenho absoluta certeza que, nesses Estados, somados os Deputados Federais e os Estaduais do PDS, eles são um número maior do que todos os do Nordeste.

Por isso, a minha solidariedade, inclusive ao PDS, não só do Paraná, mas de todos os Estados que foram excluídos pelo Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo). "O povo paranaense falou pelas urnas de 15 de novembro. Revelou a soberana vontade de mudanças

profundas nos métodos de administração pública. Afligia-se e desesperava-se ante o espetáculo da incompetência, da improbidade e do descalabro. Votou na Oposição, na certeza de que o Paraná sairá da estagnação, da corrupção e do derrotismo.

Tivemos a honra de sermos ungido Prefeito de Umuarama, pelo voto popular.

Trata-se de importante Município do Noroeste, com população laboriosa, e cuja produção industrial e agropecuária muito pesa na elevação dos índices da receita pública do Paraná.

Estamos consciente da enorme responsabilidade que recairá sobre nossos ombros a partir do momento em que tomarmos posse do desvanecedor cargo. Preparamo-nos para o tipo de luta que nos aguarda. Não nos abaterá o ânimo o elenco de problemas a enfrentar em todos os campos de ação.

Percebemos, contudo, que a frustração e o inconformismo diante da derrota eleitoral estão induzindo nossos adversários políticos a assumirem posições odientas e antipovo, através de atos de evidente "sabotagem" à futura administração municipal.

Parece que cada Prefeito do PDS está seguindo uma diretriz comum e lesiva ao interesse público, em represália à repulsa sofrida nas urnas de novembro.

Domina-nos essa impressão pelo fato de que, em quase todos os municípios, praticam-se os mesmos atos, com o mesmo propósito inconfessado.

O Prefeito atual de Umuarama está no firme intento de comprometer as finanças municipais, de maneira que não tenhamos condições de executar, desde já, um plano de ação governamental, assegurador, para o povo, de maior soma de saúde e educação, política sanitária, ruas e estradas, amparo e segurança às famílias, incentivo à agropecuária e instalação de diversificado parque industrial.

Dentro do quadro, o atual Prefeito está malbaratando o Erário Público com mordomias acintosas e despudoradas. Nas seguidas viagens a Curitiba, como está ocorrendo ainda hoje, manda um automóvel oficial por terra, enquanto só viaja de avião. Paga-se diárias generosas, a título de representação, e paga diárias a um dispensável motorista, com despesas acrescidas de alimentação e hospedagem.

Acabou de fazer aprovar, pela Câmara Municipal, o projeto de aumento de 75 por cento aos vencimentos do funcionalismo. Não o fez motivado pelo comecinho sentimento de solidariedade humana. Ninguém ignora que o servidor público, em nosso País, é mal pago e subestimado na sua capacidade de trabalho. Encararíamos, pois, com grande simpatia, a iniciativa do aumento salarial. Mas, para o Prefeito atual, o objetivo nada mais foi do que o de implodir o Tesouro Municipal.

Causa-nos muita estranheza a preocupação de agora em melhorar a situação do pessoal das Prefeituras. Durante os quatro anos de mandato, os Prefeitos do PDS se desinteressaram de acudir o pessoal, e de dar-lhe melhores condições de vida.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, em primeiro lugar quero cumprimentá-lo, uma vez que Vossa Excelência deixa esta Casa Legislativa para, no próximo dia 31 de janeiro, assumir a Prefeitura de Umuarama.

rama que eu considero um dos principais Municípios do Paraná — se não me falham as estatísticas, deve ser o quinto ou o sexto município mais importante do Paraná.

Realmente, acho que Vossa Excelência sente-se bastante orgulhoso e bastante satisfeito, em, depois de uma batalha eleitoral, poder ser novamente o Prefeito de Umuarama.

Mas, queria dizer a Vossa Excelência que eu não concordo, em parte, com o pronunciamento de Vossa Excelência, porque, se nós por um lado verificamos, Vossa Excelência mesmo reconhece, a necessidade de se aumentar o funcionalismo para que possam, os seus vencimentos, serem compatíveis aos índices inflacionários que têm corroído o salário e o poder aquisitivo dos funcionários. Vossa Excelência tem que admitir que, é a mesma coisa que falava há pouco o Deputado Deni Schwartz, contraparteando aqui, o Deputado Nilso Sguarezi, acho que Vossa Excelência deveria se sentir muito satisfeito em a Câmara Municipal de Umuarama haver aprovado um aumento um pouco mais compatível com a inflação, para que os seus munícipes, no caso os seus funcionários públicos possam realmente ter um vencimento compatível. E Vossa Excelência há de convir comigo que, nós estamos agora fazendo uma grande volta para cima, na coisa toda, a hora da virada talvez, está chegando agora, em que Vossa Excelência, através do seu Partido, sempre combateu, ou sempre propôs, sempre propugnou por aumentos de vencimentos quando Vossas Excelências eram simplesmente Oposição — agora que Vossas Excelências passam a ser Governo, acham isso, que vai implodir o orçamento público; quando nós argumentávamos que o Governo não podia dar aumento maior aos funcionários públicos, em função do Tesouro do Estado, em função da arrecadação do Estado, em função do Orçamento do Estado, Vossas Excelências nunca admitiram isto!

Agora, vêm Vossas Excelências que, a hora da virada está chegando, quer dizer, Vossa Excelência vai assumir e eu tenho certeza, com muita garra, com muito otimismo, com muita competência, o Executivo de Umuarama, e já está se queixando que a sua Câmara Municipal, a atual Câmara Municipal vai implodir o seu Orçamento para o ano que vem. Então aí está e os Anais desta Casa e a História do Paraná e a Imprensa que tem os seus jornais arquivados aqui na Biblioteca e nos seus respectivos jornais, saberão, agora, verificar a grande diferença, Deputado, de, ser Governo, e ser Oposição. Eu, lamentavelmente, verifico que Vossa Excelência se lamenta de que os seus funcionários de Umuarama vão receber um aumento mais um pouco, um pouco mais compatível com a inflação.

Gostaria que Vossa Excelência retificasse as suas palavras, dizendo que, os seus funcionários serão pagos por Umuarama, de uma forma mais condizente com os altos índices inflacionários que vêm, repito, corroendo os orçamentos dos funcionários municipais.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. ROMERO FILHO — Companheiro, é que, o problema de Umuarama, a dotação do Orçamento do ano que vem não condiz com esse elevado setenta e cinco por cento dos funcionários. O orçamento de Umuarama está quase todo comprometido com procurações e outras coisas.

Portanto, esse aumento - houve já um aumento há questão de seis meses atrás de quarenta e cinco por cento. Portanto está ultrapassando a ORTN, a UPC.

(Continua lendo):

“Lembram-se do grave problema somente agora, depois

do clamoroso veto ao PDS na eleição de novembro.

Convém esclarecer que a Prefeitura de Umuarama não dispõe de recursos para pagamento do 13.^o salário, tendo necessidade de recorrer, para atendimento de tal compromisso, a uma operação financeira em banco. Como é que afunda a dotação orçamentária do próximo exercício financeiro com setenta e cinco por cento de aumento ao pessoal?

Não é visível a intenção de transformar esse aumento em arma política contra a futura administração municipal?

Façamos uma análise das circunstâncias: o orçamento a vigorar em 1983 sofreu acréscimo de sessenta e cinco por cento em relação ao atual, na parte da Receita. Não se justifica, assim, que o aumento para o pessoal ultrapasse aquela proporcionalidade.

Afora a despesa com pessoal, a administração municipal terá de encarar outras não menos obrigatórias, como a aquisição de material permanente e de consumo, combustível, obras, etc. etc. Num orçamento comprimido, angustiado com a falha de pessoal que passa de 30 milhões para 52 milhões e meio, a futura administração ficará de mãos amarradas, para agir e para beneficiar o povo.

Outro caso inexplicável vem de acontecer. o Prefeito Jorge Vieira fez, nos últimos dias, contrato de publicidade com jornais, rádio e televisão, no valor de 7 milhões de cruzeiros, quando a dotação disponível é de apenas 37 mil cruzeiros. Como não houve solicitação de verba suplementar à Câmara Municipal, e como não há dinheiro em caixa, o trêfego Prefeito expediu procurações a cada empresa de comunicação social para que as contas venham a ser cobradas do futuro Prefeito... Em primeiro lugar, o Prefeito Jorge Vieira não tem o que dizer, pois nada fez de importante no Município. Em segundo lugar, pretende situar-se, apesar de tudo, como o “mocinho” de fita de cinema, um falso herói, com intensa propaganda em todos os veículos de comunicação social, para satisfação, única e exclusiva, de sua vaidade de moço irresponsável. Em terceiro lugar, recusar-nos-emos a dilapidar dinheiro público no culto à personalidade de quem se tornou Prefeito por acaso.

Com o propósito de preservar o bom nome de Umuarama, e de preservar, sobretudo, as suas finanças, tomamos a iniciativa de promover, através de advogado idôneo, uma ação popular contra o Prefeito Jorge Vieira. A ação popular já deu entrada na Justiça local. Confiamos que, desta feita, o Tesouro de Umuarama será bem defendido.

Chegam-nos notícias de que sinistro plano de “sabotagem” está sendo preparado, com a cumplicidade do Prefeito Jorge Vieira. Há o propósito, segundo as notícias, de destroçamento do parque de máquinas da Prefeitura, antes da transmissão do governo municipal. O destroçamento estará sendo preparado através da colocação de areia e de soda cáustica nos tanques e nas peças mais sofisticadas de tratores, “scrappers”, etc.

Com a denúncia que ora fazemos, queremos endereçar também séria advertência aos eventuais delinquentes: iremos ao extremo na apuração e na punição dos fatos. Serão responsabilizados criminalmente, até às últimas consequências, os que se acumpliciarem ao Prefeito Jorge Vieira no fato delituoso, profundamente lesivo ao patrimônio público municipal de Umuarama.

Realizamos entendimentos com o Tribunal de Contas do Estado objetivando o envio de uma equipe de técnicos seus, para devassa em regra na administração da Prefeitura de

Umuarama. Queremos saber qual a posição financeira, que dívidas existem e como deverão ser pagas, que recursos sobrarão para a realização de um governo profícuo e honesto.

Apuradas ilicitudes e irregularidades na aplicação de dinheiros públicos, os seus autores serão inapelavelmente enquadrados na Lei das Responsabilidades, com ação penal contra eles, para ressarcimento dos eventuais prejuízos ocasionados à Prefeitura e, conseqüentemente, à nobre e até sacrificada população de Umuarama.

Este, o quadro de vinditas. Este, o perfil da corrupção. Este, o rosário de leviandades administrativas.

Não compactuamos com isso. Vamos lutar contra isso.

O povo de Umuarama merece dias mais tranquilos e mais felizes".

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? — (**Assentimento**)

Agradeço e lamento interromper a leitura que Vossa Excelência está fazendo e não quero defender o Prefeito de Umuarama, absolutamente. Se ele está fazendo tudo isso que Vossa Excelência está denunciando aí, cadeia nele.

Mas, há um conceito popular do que seja caro ou do que seja barato. Tudo depende do lado do balcão que a gente está falando. Se estiver vendendo, é barato, se estiver comprando, é caro. Fica engraçado quando as pessoas trocam de lado de balcão, tanto no comércio como na política.

Lembrei-me do conceito popular quando Vossa Excelência estava protestando contra o pretendido aumento de vencimentos que o Prefeito de Umuarama quer dar aos funcionários públicos municipais. Lembrei que Vossa Excelência está do outro lado do balcão, então está achando caro. Quando Vossa Excelência estava do lado de dentro do balcão, estava achando barato.

Por aí começam já os peemedebistas, como Vossa Excelência, como a bancada de **Vossa Excelência**, a descobrir que governar é muito mais difícil do que fazer "discurseiras". Vossa Excelência já começa cedo a sentir esta realidade.

Todos podem contar, daqui para a frente, que as posições dos políticos mudaram. Que não existem partidos de "mocinho" e nem partidos de "bandido". Vossas Excelências têm hoje a responsabilidade de fazer aquilo que reclamavam do nosso Governo. Todos os discursos que Vossas Excelências fizeram no decorrer desta Legislatura — e que terei cópia requerida à Mesa dentro de breves dias, eu cobrarei de Vossas Excelências aqui. Porque agora estou do outro lado do balcão. Não será uma Oposição radical. Absolutamente. Mas queremos só provar quão injustos Vossas Excelências foram para com a nossa bancada, neste quadriênio que passamos aqui no Governo Ney Braga.

Agora estou vendo, até com satisfação, que Vossa Excelência está protestando, e veementemente, contra um índice de aumentos que será concedido aos funcionários de Umuarama. Vossa Excelência agora está achando caro aquilo que era barato quando Vossa Excelência estava na Oposição.

Acabaram as "discurseiras", agora é a realidade. Agora é governar. É mostrar capacidade. É mostrar que podem realmente cumprir as promessas feitas ao povo do Paraná.

O SR. ROMERO FILHO — Nobre Líder do Governo, o que estamos contestando é que no orçamento da Prefeitura Municipal de Umuarama não existe verba . . .

O Sr. Erondy Silvério — Mas em nosso orçamento também não tinha verba para dar o que os professores queriam. No Orçamento do Estado também não existia verba. A gente não dá aquilo que se quer, a gente dá aquilo que se pode. Esta é a realidade que Vossas Excelências vão começar a compreender.

O Sr. Nelton Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte? — (**Assentimento**)

Parece-me que o objetivo foi pensar parte do pronunciamento para extrapolar no sentido mais amplo da questão. Porque Vossa Excelência estava, senti bem, estava expondo uma série de coisas, inclusive a questão do funcionalismo. Por que não se fala num prefeito em apêndice de mandato, que gasta em quinze dias, sete milhões de cruzeiros em Umuarama para fazer propaganda? Por que não se fala nisto?

Agora, o que nós fazíamos e teremos que continuar fazendo, é brigar pela austeridade. Porque ninguém é contra o aumento salarial. Tenho certeza que nem Vossa Excelência, porque até há pouco conversamos sobre isto. A sua preocupação é que houve um contínuo exagero de gastos, de desequilíbrios administrativos no seu município e agora, no fechar da administração, surge isto.

Vejo que realmente o que precisa é a austeridade do início ao fim. E isto, tenho certeza que Vossa Excelência haverá de fazer em Umuarama. A austeridade para poder, em 83, dar aos funcionários aquilo que eles merecem. Agora, o que não é admissível, é que um Prefeito faça — e como está fazendo segundo as suas palavras, usando em todas as esquinas o argumento. "eu arreberto com o futuro Prefeito". Quer dizer, a questão é maliciosa, não é para beneficiar o funcionário público, não é para engrandecer o município. É com o objetivo velado de má fé, mafioso, de tentar, acima de tudo, já criar situações de desequilíbrio, antes da solução do novo Prefeito. Por isso acho que os Prefeitos e Governadores tinham que assumir, no máximo, 20, 30 dias após a eleição. Jamais com esse período, que permite abuso de um Prefeito despreparado como o que está na sua cidade. Terminaria dizendo, que vai ser uma satisfação, tenho certeza, ter esse combativo companheiro Deputado Erondy Silvério, na Oposição. Porque estamos acostumados; saímos de 18 anos da luz de lamparina para a luz elétrica. Agora, quem viveu 18 anos na luz elétrica, ir para a lamparina, vai sentir os olhos arderem.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO FILHO — Muito obrigado, Sr. Presidente. (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — (**João Miansur**) A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado, havendo declinado, consulto a Liderança do PDS. (**Declina**).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 65/82 (Mensagem 73/82), que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, objetivando adoção de ação conjunta visando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Municipais para escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado**.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 65/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 14 de abril de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, objetivando adoção de ação conjunta visando a execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS MUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — "PROSAFRAS,

no exercício de 1982.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 66/82 (Mensagem 74/82), que aprova o Termo Aditivo (2º) ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de MARIALVA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 66/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo (2º) datado de 13 de maio de 1982, ao Convênio celebrado em 22 de junho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de MARIALVA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 67/82, (Mensagem 77/82), que aprova o Convênio n.º 114/82 - SUDESUL, celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, tendo como intervenientes Órgãos que especifica, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 67/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio n.º 114/82 - SUDESUL, celebrado em 19 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, figurando como intervenientes a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL e da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 68/82 (Mensagem 86/82), que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e os Municípios aqui nominados, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 68/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados em 14 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de AMAPORÃ, BOA ESPERANÇA, FRANCISCO ALVES e ICARAÍMA, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 69/82 (Mensagem 78/82), que aprova o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgãos mencionados e o Município de CIDADE GAÚCHA, objetivando execução de obras de ampliação e reparos no Terminal Rodoviário da sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 69/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 17 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de CIDADE GAÚCHA, objetivando a execução de obras de ampliação e reparos no Terminal Rodoviário da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 70/82 (Mensagem 79/82), que aprova os Termos Aditivos (2º) aos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras públicas. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 70/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos Aditivos (2º) datados de 14 de maio de 1982, aos Convênios celebrados em 21 de março de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios de ALMIRANTA TAMANDARÉ (01/80), ARAUCÁRIA (02/80), BALSA NOVA (03/80), BOCAIÚVA DO SUL (04/80), CAMPINA GRANDE DO SUL (05/80), CAMPO LARGO (06/80), COLOMBO (07/80), CONTENDA (08/80), MANDIRITUBA (09/80), PIRAQUARA (10/80), QUATRO BARRAS (11/80), RIO BRANCO DO SUL (12/80), e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (13/80), objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras públicas.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 116/82 (ex-Proposição 03/81), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as contas do Departamento de Finanças do Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1980. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/82, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que autoriza o Poder Executivo doar à Arquidiocese de Curitiba, a área de terreno medindo 15.000,00 m², situado no quarteirão denominado Nossa Senhora da Luz do Pilar no Município de Campo Largo. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE -- (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente às Lideranças e Presidências dos Partidos com assento na Câmara Federal, encarecendo celeridade na tramitação e aprovação de emenda constitucional restabelecendo eleições diretas para Prefeitos das Capitais (Emenda Benevides). - Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE -- (João Mansur) A Mesa defere e irá

proceder a verificação de votação.

(É feita a verificação).

3 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 03, sexta-feira, às 9:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

REDAÇÃO FINAL -- do Projeto de Lei n.º 59/80

3.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 116/82 e do Projeto de Lei n.º 136/82.

Levanta-se a Sessão.